



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**29ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1121386-68.2023.8.26.0100**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Sergio Bavini**  
 Requerido: **Castelo Branco Acqua Show Camping e Clube Ltda**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIELA DEJUSTE DE PAULA**

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória ajuizada por **SÉRGIO BAVINI** contra **CASTELO BRANCO ACQUA SHOW CAMPING E CLUBE LTDA** fundada em "Contrato de Licença e Autorização de Uso de Imagem", firmado em 14/11/2019, por meio do qual, resumidamente, o autor conhecido como "Sérgio Reis" vinculou e autorizou o uso de sua imagem na divulgação de empreendimento imobiliário e parque aquático. Invoca prejuízos decorrentes do pagamento variável, atribui insucesso ao parque aquático causando dano moral a sua imagem perante compradores/aderentes e aponta lucratividade desproporcional na venda dos imóveis em loteamento com o uso de seu nome/imagem. Requer, pois, remuneração prevista nos itens "a" e "c" da cláusula terceira do contrato; recebimento das penalidades estabelecidas nas cláusulas 10ª e 12ª, em razão da rescisão contratual; indenização pela apresentação de programas na televisão em favor da ré e pelo uso de sua imagem após o fim do prazo contratual e compensação por danos morais.

A fls. 133/134, o juízo deferiu a tutela de urgência.

A ré foi citada, apresentou contestação (fls. 181/219) e rebateu a pretensão do autor. Trouxe aos autos um outro contrato firmado com a participação de terceiro que teria intermediado o primeiro contrato, a quem atribui legitimidade para integrar o polo ativo. No mérito, em síntese, sustenta desconhecer a cláusula contratual que previa a comercialização de 30.000 títulos, sendo falsa tal cláusula. Relata ter colocado os títulos à venda, ocorre que estes não tiveram o sucesso esperado. Afirma não ter se utilizado da imagem do autor após a rescisão contratual e que não há prova de que o programa televisivo Rancho do Serjão teria sido realizado por pedido da ré. Subsidiariamente, defende ser desproporcional indenizar o autor no valor de 30.000 títulos, pois a capacidade



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO PAULO  
FORO CENTRAL CÍVEL  
29ª VARA CÍVEL  
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

máxima do parque aquático é de 969 pessoas. Aponta ter sido o autor quem solicitou a rescisão contratual e que não se aplicam ao caso as cláusulas 10ª e 12ª pois são relativas à inadimplência financeira. Sustenta a inexistência de danos morais. Requer a improcedência da ação e a condenação do autor às penas da litigância de má-fé.

Houve réplica (fls. 335/350).

Tréplica a fls. 376/391.

Decisão saneadora a fls. 425/427, na qual o juízo afastou a ilegitimidade ativa e deferiu a produção de prova oral em audiência.

Termo de audiência a fls. 461/462.

Alegações finais a fls. 484/508 e 509/514.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

Controvertem as partes acerca da existência de danos materiais e morais ao autor Sérgio Bavini, conhecido artisticamente como Sérgio Reis, em razão do contrato de licença e autorização de uso de imagem celebrado pelas partes para o uso da imagem do cantor para publicidade do empreendimento da ré.

Primeiramente, defende o autor fazer jus à remuneração prevista nos itens “a” e “c” da cláusula terceira do contrato (fl. 63), porquanto os passaportes/títulos do empreendimento, que lhe ofereceriam maior lucro pelo uso de sua imagem, não foram comercializados e ainda foi surpreendido com pedido de rescisão por parte da ré.

Frisa que em minuta do contrato estaria expressamente previsto que 30.000 títulos seriam comercializados pela parte ré e que tal informação teria sido suprimida do contrato assinado.

A razão não assiste ao autor.

Ainda que controvertam as partes acerca da falsidade da cláusula da minuta que previa que seriam 30.000 títulos/passaportes, a redação da cláusula é clara ao dizer que a quantia de 30.000 títulos seria uma estimativa: “(...) cujo universo estimado de títulos que serão postos à venda é de 30.000 (trinta mil) títulos” (fl. 355).

Ademais, o próprio autor confessa ter assinado o contrato ser ter lido (fl. 339), confiando que a suposta versão final da minuta não teria sido alterada, assumindo para si o ônus de tal conduta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**29ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**

Por outro lado, o contrato assinado pelas partes nada prevê sobre a estimativa de 30.000,00 títulos/passaportes e estabelece as seguintes formas de remuneração ao autor pelo uso de sua imagem conforme o produto vendido:

**CLÁUSULA 3ª - REMUNERAÇÃO**

A Remuneração devida pela **ACQUA SHOW** a **SERGIO REIS** pelo licenciamento/cessão do direito e autorização de uso de imagem do referido artista, especificamente em relação à divulgação/propaganda que o Cedente fará para o empreendimento imobiliário **CASTELO BRANCO ACQUA SHOW CAMPING E CLUBE**, fica assim constituída.

(fl.

**PARTE VARIÁVEL:**

a) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por cada título/passaporte vendido.

b) R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), por cada chalé vendido no empreendimento, cujo universo de chalés que serão postos à venda é estimado em 300 (trezentos);

c) R\$ 300,00 (trezentos reais), por cada título/quota de sócio proprietário, cuja venda será oportunizada a terceiros na segunda fase do empreendimento que ainda será aprovado.

63)

A cláusula seguinte ressalta que a remuneração se daria por venda realizada:

**CLÁUSULA 4ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento da Remuneração variável será efetuado pela **ACQUASHOW** a **SÉRGIO REIS**, no primeiro dia da semana subsequente a ocorrência das respectivas vendas, cujos fatos geradores e valores encontram-se descritos na cláusula anterior.

(fl. 64)

Embora o autor relate que não houve o lançamento dos passaportes, a parte ré comprovou ter vendido títulos, conforme os contratos de fls. 255/302. Ademais, a ré indicou na tabela de fl. 183 já ter realizado pagamentos pela comercialização de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**29ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**

passaportes ao autor e acostou o comprovante de fl. 253.

Observa-se que o autor, por sua vez, não impugnou especificamente essa alegação da parte ré, tornando-a incontroversa.

Conclui-se, portanto, que os títulos/passaportes, ao contrário da alegação autoral, foram comercializados e houve pagamento ao autor, sendo verossímil que não houve o lucro estimado pelas partes em razão de não ter ocorrido o sucesso esperado dos títulos.

Vale dizer que o sucesso do empreendimento era risco do negócio que foi assumido pelo autor no momento em que aceitou contratar com a ré. Por outro viés, o lucro prometido, sem a conclusão das vendas, é mera expectativa de direito, de modo que era possível que, ao final, o autor não recebesse mesmo o lucro esperado.

Dessa forma, porquanto os títulos foram comercializados e não reclama o autor do não pagamento de algum título em específico, não há como prosperar o pedido referente ao recebimento da remuneração prevista na cláusula terceira, itens “a” e “c”.

No que tange à rescisão, aponta o autor que teria sido surpreendido com a notificação extrajudicial da ré com a solicitação de rescisão do contrato, de modo que requer a aplicação das penalidades previstas nas cláusulas décima e décima segunda.

Já a ré confirma ter enviado a notificação extrajudicial, mas afirma ter sido a parte autora que solicitou a rescisão do pacto (fl. 183).

De início, ressalta-se que a rescisão é faculdade de qualquer parte, haja vista que ninguém é obrigado a contratar e nem a permanecer contratando.

Diante da ausência de provas da parte ré acerca do suposto pedido rescisório da parte autora via telefone, depreende-se que a iniciativa da rescisão partiu da ré, conforme a notificação de fls. 242/244.

Embora a ré tenha pedido a rescisão do contrato, verifica-se que não se aplicam as penalidades previstas nas cláusulas 10ª e 12ª em caso de rescisão contratual.

Isso porque a cláusula 10ª, à qual a cláusula 12ª faz remissão, é referente ao adimplemento da remuneração do contrato. Confirma-se o teor das cláusulas 10ª e 12ª:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**29ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**

**CLÁUSULA 10ª – DO INADIMPLEMENTO**

Caso, por qualquer motivo, o ACQUA SHOW deixe de pagar a remuneração ajustada neste instrumento a SERGIO REIS, ficará sujeita ao pagamento do valor devido, devidamente atualizado pelo IGPM – pro rata die, acrescido de multa de 10% (dez por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao mês, por rata die, calculados desde a data de vencimento da respectiva fatura até a data do efetivo pagamento.

(fl.68)

**CLÁUSULA 12ª – PENALIDADES POR RESCISÃO**

Em caso de inadimplemento de qualquer das Partes, a parte inocente deverá notificar para que esta, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento de tal notificação, cumpra com sua obrigação, acrescida das penalidades descritas na cláusula décima.

**Parágrafo primeiro:** - Se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação prevista no *caput* desta Cláusula, a parte inadimplente não cumprir a obrigação inadimplida, a parte inocente, a seu exclusivo critério, poderá rescindir o presente Contrato, devendo encaminhar notificação de rescisão e ficando a parte inadimplente sujeita as penalidades legais.

(fl. 69)

Com isso, nota-se que o pedido do autor não procede, pois não há previsão de cláusula penal específica no contrato para a hipótese de rescisão.

Requer o autor ainda indenização pela apresentação de programas na televisão em favor da ré.

Como o próprio autor aponta não ter sido objeto do contrato de uso e licenciamento de imagem a realização de tais programas televisivos, era seu ônus comprovar a contratação à parte de tais serviços pela ré, nos termos do art. 373, I, CPC, o que, contudo, não ocorreu.

Mister destacar que o *print* de fl. 19 é unilateral e Francisco, ainda que tenha afirmado, em audiência, que a ré tenha contratado a realização do programa televisivo, foi ouvido na condição de informante, não tendo prestado o compromisso de dizer a verdade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO CENTRAL CÍVEL**  
**29ª VARA CÍVEL**  
**PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900**

Dessa maneira, o autor não se desincumbiu de seu ônus, não tendo comprovado a contratação pela ré do programa “Rancho do Serjão”.

O autor pleiteia também indenização pelo uso indevido de sua imagem pela ré após a rescisão contratual.

De fato, rescindido o contrato, não é mais lícito à ré veicular a imagem do autor.

A prova do uso de sua imagem após a rescisão do contrato pela ré competia ao autor, nos termos do art. 373, I, CPC.

Ocorre que o autor não comprovou ter se utilizado de sua imagem após a rescisão contratual.

Quanto aos links de fl. 30, verifica-se que os que estão disponíveis são referentes a páginas de classificados e perfil no Instagram dos quais, ao que parece, a ré não possui gerenciamento, pois são pertencentes a terceiros.

Ademais, não comprovou o autor que houve a concretização de vendas por meio de tais links em razão do uso de sua imagem.

Logo, não há como acolher o pedido do autor.

Resta a análise do pleito indenizatório moral.

Relata o autor ter sofrido danos em sua imagem porquanto o empreendimento divulgado não foi concluído (fl. 25).

Conforme explica LUIZ ANTONIO RIZZATO NUNES: "O dano moral é aquele que afeta a paz interior de uma pessoa, atingindo-lhe o sentimento, o decoro, o ego, a honra, enfim, tudo o que não tem valor econômico, mas que lhe causa dor e sofrimento" (O Dano Moral e sua interpretação jurisprudencial, p.01, Ed. Saraiva).

No entanto, o eventual insucesso do empreendimento do qual o autor arriscou fazer parte não gera dano moral, pois é da natureza do ramo publicitário que a pessoa contratada corra riscos ao associar sua imagem a negócio a ser desenvolvido.

Destarte, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

Por fim, não se vislumbra a ocorrência de litigância de má-fé, pois aparentemente não há dolo na conduta do autor, que acredita que a minuta final previa a informação da estimativa dos 30.000 títulos, que não teria constado na redação do contrato final, o qual confessa ter assinado sem a devida diligência. Vale dizer também que o ônus de comprovar eventual falsidade da cláusula da minuta era da parte ré, nos termos do art. 429,





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO PAULO  
FORO CENTRAL CÍVEL  
29ª VARA CÍVEL  
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

I, CPC.

Também não há que se falar em ato atentatório à dignidade da justiça, pois o autor afirma não participar da empresa R.D.S. RESTAURANTE E EVENTOS LTDA., de nome fantasia “Rancho do Serjão”, tendo juntado, quanto a essa questão, junto com sua réplica, tão somente ficha cadastral completa e comprovante de inscrição e de situação cadastral da sociedade.

**Dispositivo**

Ante o exposto, confirmo a tutela de urgência deferida a fls. 133/134 e **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos.

Diante da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

P.R.I.C.

São Paulo, 09 de janeiro de 2025.

**DANIELA DEJUSTE DE PAULA**  
Juiz(a) de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, recebi estes autos, em cartório. Relacionado à imprensa no lote \_\_\_\_.